



# MUNICÍPIO DE MUQUI

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>	
<b>SECRETARIA:</b>	Secretaria Municipal de Saúde
<b>ENDEREÇO:</b>	Rua Cel. Mateus Paiva, nº 110, Bairro Santo Agostinho
<b>TELEFONE:</b>	(28) 3199-0456
<b>E-MAIL:</b>	saude@muqui.es.gov.br
<b>1. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP</b>	
a.	Foi elaborado Estudo Técnico Preliminar? <b>Sim</b>
<b>2. DO OBJETO</b>	
a. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção técnica odontológica preventiva e corretiva com reposição de peças, nos equipamentos odontológicos dos 12 (doze) consultórios odontológicos existentes no serviço público do Município de Muqui, pelo período de 12 meses, após o encerramento do contrato de mesma natureza atualmente vigente até 03/02/2026.	
b. O critério de julgamento será o menor preço.	
c. A contratação terá vigência conforme definido no contrato, observando-se o art. 105 da Lei nº 14.133/2021.	
d. O contrato definirá detalhadamente regras relativas à execução, vigência e condições administrativas.	
<b>3. TIPO DE CONTRATAÇÃO</b>	
Serviço – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, de natureza continuada.	
<b>4. NECESSÁRIO LICENCIAMENTO AMBIENTAL</b>	
Não aplicável	
<b>5. HOUVE AUDIÊNCIA PÚBLICA</b>	
Não realizada.	
<b>6. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE EMPRESAS</b>	
a.	Será admitida a participação de consórcios de empresas? <b>Não</b>
<b>7. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO</b>	
Considerando que o serviço público odontológico do Município de Muqui possui 12 (doze) consultórios odontológicos e que 2 (dois) deles que estão na Unidade Básica de Saúde Boa Esperança (antigo ciam) são bastante antigos, estão em situação precária e funcionando com limitações. Considerando que o consultório odontológico da Unidade Básica de Saúde Camará apesar de ser um modelo um pouco mais novo, é um consultório que constantemente apresenta	



## MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

problemas técnicos. Considerando que a instalação elétrica das Unidades Básicas de Saúde Babilônia e Alto Boa Esperança não comportam o funcionamento adequado dos equipamentos odontológicos existentes nestas Unidades Básicas. Considerando que por causa da parte elétrica destas Unidades não serem satisfatórias e que por esse motivo os compressores odontológicos que são a “vida das cadeiras odontológicas” e de outros equipamentos, frequentemente apresentam problemas técnicos nas Unidades Básicas de Saúde Babilônia, Alto Boa Esperança e Camará, frequentemente nestas Unidades somos forçados a interromper muitas das vezes os atendimentos odontológicos.

A esclarecer que durante um mês (30 dias) são atendidos nas 6 (seis) Unidades Básicas de Saúde e nos 2 (dois) Pontos de Apoio Fortaleza e São Luís, um total de aproximadamente 1.150 atendimentos odontológicos. Logo, na situação que o serviço odontológico se encontra atualmente, interromper estes atendimentos odontológicos causam um transtorno enorme aos usuários deste tipo de serviço, gerando insatisfação com o serviço e reclamações.

A esclarecer que quando há interrupção nos atendimentos odontológicos, os profissionais dentistas algumas das vezes ficam ociosos.

Em suma, sem a assistência técnica odontológica especializada, o serviço odontológico do Município de Muqui literalmente irá parar.

### **8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E/OU SERVIÇO**

É de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de todos os elementos de reposição necessários à revisão, fixação, limpeza, correção de vazamentos, recarga, testes, calibração, lubrificação e conservação dos equipamentos referentes a esta contratação, como por exemplo: garrafas externas de reservatório de água dos equipos, roscas, bielas, parafusos, anéis, borrachas de vedação, fusíveis, correias, álcool, óleo lubrificante, vaselina, benzina, gás, flanela, estopa, fita isolante, soldas, lixas, graxa, produto de limpeza não abrasivo e biodegradável recomendados pelo fabricante e outros, fundamentais à manutenção preventiva dos equipamentos.

A CONTRATADA deverá apresentar o relatório técnico semanal relativo à manutenção preventiva/corretiva, no prazo máximo de 3 dias úteis após a sua realização, onde deverá estar incluso a descrição dos serviços realizados. A CONTRATADA deverá entregar uma cópia à Coordenação Municipal de Saúde Bucal/PMM.

Caso for constatada a necessidade de substituição de peças, seguirá da seguinte maneira:

- A) Um relatório circunstanciado deverá ser emitido pela CONTRATADA, relatando em detalhes o defeito e as peças que precisam ser substituídas.
- B) Validação, pela Secretaria Municipal de Saúde, da necessidade de substituir as peças relatadas no relatório circunstanciado pela CONTRATADA.
- C) Fornecimento de peças pela CONTRATADA, de acordo com o estabelecido.  
Fica estabelecido que a CONTRATADA deverá fornecer as seguintes peças:
  - 1) Terminal Triplo Borden;
  - 2) Conjunto Rotor completo com rolamentos cerâmicos;
  - 3) Filtro do Sugador;
  - 4) Seringa Tríplice;
  - 5) Pedal Comando Progressivo;



## MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- 6) Válvula Pneumática Dupla Via;
  - 7) Mangueira em geral (todas as mangueiras necessárias para a manutenção dos consultórios odontológicos);
  - 8) Correia A33 compressor;
  - 9) Lâmpada 12v 55w – H3;
  - 10) Válvula Solenoide para bomba à vácuo e torneira 110v;
  - 11) Suctor de sangue com prolongador;
  - 12) Registro Torneira para Unidade de Água (cuspideira) Mangueira grossa (5/16) x (5/16);
  - 13) Borracha da ponta do sugador;
  - 14) Válvula Pneumática com regulagem spray e ar;
  - 15) Rolamentos para canetas de alta rotação;
  - 16) Orings;
  - 17) Rotor completo FG;
  - 18) Peças de reposição para micro motores, contra ângulos e peças retas;
  - 19) Guarnição de silicone 2 furos terminal borden.
- D) Instalação das peças pela CONTRATADA.
- E) Todas as peças fornecidas e instaladas pela CONTRATADA deverão ser genuínas ou recomendadas pelo fabricante, de configuração idêntica ou superior.
- F) Todas as peças, componentes e materiais substituídos, deverão ser entregues pela CONTRATADA ao gestor do contrato.

A instalação de qualquer peça nos equipamentos será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, que não poderá impor à Secretaria Municipal de Saúde, por tais aplicações, qualquer ônus adicional aos preços contratados para os serviços de manutenção.

### 9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

a. **Critérios de sustentabilidade:** não aplicáveis.

b. **Amostra:** não exigida.

c. **Local de entrega e instalação:**

UBS Centro - Rua Bernardino Monteiro, Nº 96, Centro, Muqui - ES.

UBS Alto Boa Esperança - Rua José Guimarães, Bairro Alto Boa Esperança, Muqui - ES.

UBS São Pedro - Rua Esmilda Saleme Novaes, Bairro São Pedro, Muqui - ES.

UBS Camará – Distrito de São Gabriel UBS Babilônia – Babilônia, Muqui - ES

CIAM – Rua: João Jacinto, 316 - Cruzeiro, Muqui Ponto de Apoio Fortaleza – comunidade de Fortaleza (área rural).

Ponto de Apoio São Luiz – comunidade de São Luiz (área rural).

d. **Substituição em caso de falhas:** Após acionamento, o atendimento remotamente deverá ser em até 20 minutos e presencialmente em até 24 horas.

e. **Subcontratação:** vedada.

g. **Manutenção preventiva:** visita técnica semanal obrigatória, com relatório assinado e encaminhado à coordenação da odontologia.



## MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### **10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

A empresa deverá realizar:

- Entrega, instalação e testes operacionais;
- Manutenção preventiva;
- Manutenção corretiva sob demanda, deverá ser remotamente em até 20 minutos e presencialmente em até 24 horas.
- Disponibilização de equipamento reserva caso necessário;
- Entregar os equipamentos que foram levados para conserto fora do município, em um prazo máximo de 7 dias úteis.
- Suporte técnico durante toda a vigência contratual.



## MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### 11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- a. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- b. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo mesmo tempo correspondente.
- c. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- d. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(ais) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- j. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- k. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- l. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- m. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado.
- n. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- e. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



## MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### **12. DAS OBRIGAÇÕES**

#### **Da Contratante**

- Disponibilizar o local para instalação.
- Acompanhar e fiscalizar a execução.
- Efetuar pagamentos conforme contrato.

#### **Da Contratada**

- Fornecer equipamentos em perfeito funcionamento.
  - Cumprir prazos de manutenção e substituição.
  - Disponibilizar técnico.
  - As peças substituídas deverão ser originais.
  - Arcar com todos os custos operacionais.
  - Manter regularidade fiscal e trabalhista.
- a. A execução será acompanhada e fiscalizada por servidores designados, conforme legislação vigente



## MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### **13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

- a. Os equipamentos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- b. Os equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- c. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade, consequente aceitação mediante termo detalhado.
- d. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- e. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- f. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- g. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- h. O pagamento pelo efetivo cumprimento das obrigações deverá ser efetuado conforme





## MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

disposto no Capítulo X do Título III da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, mediante a apresentação de nota fiscal ou da fatura pelo contratado e devidamente atestadas pela Administração, observado ainda o prazo estabelecido no contrato ou instrumento equivalente vigente.

### **14. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

Modalidade: Pregão eletrônico com Ata de Registro de Preço para o município de Muqui.

Forma de seleção: menor preço.

a. **Habilitação Jurídica:**

- Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

b. **Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

- Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Prova de Regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União - Certidão Conjunta PGFN e RFB);
- Prova de regularidade (certidão) com o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço);
- Prova de regularidade (certidão) com a Fazenda Estadual - Estado Sede da Empresa licitante;
- Prova de regularidade (certidão) com a Fazenda Municipal da Sede do Licitante;
- Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em atendimento à Lei nº 12.440/2011;
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ.





## MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### c. Qualificação Econômico-Financeira:

- Certidão Negativa de Pedido de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou por meio eletrônico através de sítio eletrônico do Tribunal de Justiça, observada a data de validade definida no instrumento. No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão negativa de falência, recuperação judicial e recuperação extrajudicial, para fins de habilitação, deverá apresentar data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação;
- Caso a licitante apresente Certidão Positiva, poderá participar, desde que o juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a administração pública, levando em consideração o objeto a ser contratado, em atendimento ao PARECER/CONSULTA TC Nº 008/2015 - PLENÁRIO - PROCESSO - TC-3519/2013 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

### d. Qualificação Técnica:

Considerando a crescente atenção às mudanças normativas, o histórico de dificuldades enfrentadas na execução de serviços de manutenção em equipamentos odontológicos e a necessidade de proteção do órgão quanto à continuidade, eficiência e qualidade dos serviços assistenciais, o presente Termo de Referência analisa os aspectos relacionados à **qualificação técnica e à estrutura operacional mínima necessária** para a adequada prestação dos serviços de assistência técnica preventiva e corretiva.

A experiência administrativa evidencia que a efetividade desses serviços está diretamente relacionada não apenas à habilitação formal da empresa contratada, mas à **comprovação de capacidade técnica compatível com o objeto**, devidamente demonstrada por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que indiquem a execução de serviços similares aos pretendidos, assegurando conhecimento técnico aplicado e experiência prática.

Mostra-se igualmente relevante que a empresa contratada disponha de **responsável técnico devidamente habilitado**, com qualificação compatível com a assistência técnico-odontológica, capaz de responder tecnicamente pelas atividades desenvolvidas e garantir a correta execução dos serviços.

No que se refere à **estrutura operacional**, a análise do histórico de atendimentos demonstra a necessidade de que a futura contratação conte com equipe técnica qualificada para atendimento em campo, inclusive em **situações emergenciais**, bem como com meios adequados para deslocamento e execução dos serviços. A disponibilidade de **veículos próprios, ferramentas, instrumentos e equipamentos compatíveis** impacta diretamente o tempo de resposta e a resolutividade das intervenções.

Adicionalmente, observou-se que a ausência de autonomia técnica para realizar **adequações simples e pontuais na infraestrutura dos consultórios**, tais como ajustes elétricos e hidráulicos de baixa complexidade estritamente necessários ao funcionamento dos equipamentos odontológicos, ocasionou atrasos significativos na entrega dos serviços, em razão



## MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

da dependência de equipes internas da Administração. Tal contexto reforça a importância de que o profissional executor possua capacitação técnica compatível para a realização dessas intervenções acessórias, observados os limites legais e as normas técnicas aplicáveis.

Outro aspecto relevante diz respeito à **disponibilidade imediata de peças de reposição e componentes básicos**, fator essencial para a manutenção corretiva no próprio local de atendimento, reduzindo o tempo de paralisação dos equipamentos e evitando sucessivos deslocamentos técnicos.

Por fim, a comprovação de **manutenção ativa em equipamentos similares**, mediante contratos ou declarações de clientes, revela-se importante para demonstrar a experiência da empresa em condições reais de operação, inclusive em atendimentos emergenciais, bem como seu histórico de cumprimento de prazos compatíveis com as demandas do serviço público de saúde.

Dessa forma, a análise conjunta da qualificação técnica, da existência de responsável técnico habilitado, da estrutura operacional mínima e da experiência prévia em serviços similares fundamenta a necessidade de critérios técnicos que assegurem uma contratação **capaz, resolutive e alinhada às exigências do serviço de saúde pública**, mitigando riscos operacionais e protegendo o interesse público.

### 15. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O *custo estimado anual* total da contratação e/ou aquisição é R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

### 16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta da:

- **Fonte:** 1600000001/1500000015
- **Ficha:** 0000051

### 17. DO REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis durante o prazo de vigência de 12 (doze) meses.

Após o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da formalização contratual, os preços poderão ser reajustados, em caso de prorrogação contratual por interesse da Administração, mediante a aplicação, pelo contratante, da variação acumulada do IPCA, divulgado pelo IBGE, incidindo exclusivamente sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

### 18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Aplicam-se as penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

Muqui - ES

### 19. INDICAÇÃO DOS FISCAIS



## MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- a. São indicados para fiscalizar esta aquisição/contratação os seguintes servidores (titulares e suplentes):
- b. Fiscal técnico:

**Titular:**

Nome: Simone Pereira da Silva  
Cargo/Função: Dentista/ Coordenadora da  
ESF  
Lotação: Secretaria de Saúde

**Suplente:**

Nome: Igor dos Santos Adão  
Cargo: Atendente de Saúde Bucal  
Lotação: Secretaria de Saúde

- i. Fiscal administrativo:

**Titular:**

Nome: José Marcos de Castro  
Cargo/Função: Secretário Municipal de  
Saúde  
Lotação: Secretaria de Saúde  
Portaria nº 010 de 02 de janeiro de 2025

**Suplente:**

Nome: Rafaela Esteves Palacio  
Cargo/Função: Auxiliar Administrativo  
Lotação: Secretaria de Saúde  
Matrícula: 010762

### 20. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

---

**Simone Pereira da Silva**

**Coordenadora Municipal de Saúde Bucal**

### 21. RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

---

**José Marcos de Castro**

**Secretário de Saúde de Muqui**



# MUNICÍPIO DE MUQUI

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Rua Bernardino Monteiro, 96 – Centro – MUQUI – ES – CEP.: 29.480-000

*Tel/Fax.: (0xx28)*

*e-mail:* [juridico@muqui.es.gov.br](mailto:juridico@muqui.es.gov.br)



# MUNICÍPIO DE MUQUI

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Rua Bernardino Monteiro, 96 – Centro – MUQUI – ES – CEP.: 29.480-000

*Tel/Fax.: (0xx28)*

*e-mail:* [juridico@muqui.es.gov.br](mailto:juridico@muqui.es.gov.br)

